

ALIENAÇÃO



J. M. Paulo Serra

2003

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: *Alienação*

Autor: Joaquim Mateus Paulo Serra

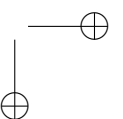
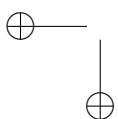
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. Silva Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008







Alienação*

J. M. Paulo Serra
Universidade da Beira Interior

Conteúdo

1	Introdução	4
2	Análise do conceito de alienação	5
2.1	O termo e a sua etimologia	5
2.2	Hegel e a alienação como objectivação	6
2.3	Feuerbach e a alienação como projecção	7
2.4	Marx e a base económica da alienação	8
3	Reflexão crítica sobre o conceito de alienação	13
3.1	A estrutura lógica das tematizações de alienação	13
3.2	Um balanço do programa de “desalienação”	15
3.3	O humano em questão	17

*Texto de conferência proferida na Academia Sénior da Covilhã, em 28 de Março de 2003.





1 Introdução

Agora que, mais uma vez, soam os tambores de guerra¹, parece ter todo o sentido discutir a problemática da alienação. Não sendo esta uma guerra como as outras - já que ela é, antes de mais, a guerra em que uma nova potência imperial, os Estados Unidos, consagram um domínio que, pela primeira vez na História, abarca todo o mundo e já para lá dele, o próprio espaço sideral -, ela é, contudo, mais uma guerra, a juntar a todas as outras em que, desde o momento em que Hegel, Feuerbach e Marx procuraram antever a saída para a “alienação” do homem, este se tem exacerbado em exterminar-se.

Haverá alguma possibilidade de antevermos, na situação actual, a realização do “Espírito Absoluto” e da sociedade harmoniosa de que fala Hegel? Do “homem genérico” e “deus do homem” de que fala Feuerbach? Do “homem social” e igualitário de que fala Marx? A resposta negativa parece óbvia. Interessa, portanto, analisar de forma crítica o falhanço do programa de “desalienação” que, num determinado momento da cultura europeia - na sequência do Iluminismo, da Revolução Francesa de 1789 e dos seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade - foi proposto por aqueles filósofos.

Para isso, dividimos esta nossa exposição em duas partes, das quais a primeira deve ser vista como mera preparação para a segunda e, esta, como a verdadeira razão de ser daquela. Na I parte, procedemos a uma análise do conceito de alienação, partindo do seu uso na linguagem não filosófica e percorrendo, depois, as formulações dos três grandes pensadores da temática, Hegel, Feuerbach e Marx. Na II parte, reflectimos criticamente sobre o conceito de alienação, centrando-nos sobretudo em Marx - sendo que tal reflexão crítica aponta, no limite, para o abandono do próprio conceito de “alienação”.

¹ Trata-se da 2ª Guerra do Iraque.





2 Análise do conceito de alienação

2.1 O termo e a sua etimologia

A palavra alienação vem do latim *alienus*, que veio a dar “alheio”, significando “o que pertence a um outro”.

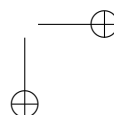
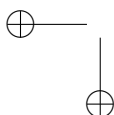
No domínio do direito, a alienação designa o acto de transferência da posse ou do direito de propriedade de alguma coisa para outrem, seja por doação seja por venda. No domínio da psiquiatria, a alienação era, até há algum tempo – há hoje tendência para abandonar o termo – sinónimo de doença mental grave, envolvendo a perda da noção quer da identidade pessoal quer da realidade.²

No domínio estritamente filosófico, o tema da alienação é trazido para primeiro plano por Hegel e retomado, posteriormente, por Feuerbach, por Marx – cuja formulação é, sem dúvida, a mais conhecida – e, já no século XX, por autores como Luckács, Marcuse ou Sartre, que tendem, no entanto, a dar ao termo um sentido marcadamente hegeliano, de “objectivação” ou “reificação”.³ Comum a todos estes filósofos – e não somente a Hegel e a Marx, como especifica Wood –, é a ideia de que “a alienação refere-se, fundamentalmente, a uma espécie de actividade na qual a essência do agente é afirmada como algo externo ou estranho a ele, assumindo a forma de uma dominação hostil sobre o agente.”⁴

² Sobre estes significados, cf. *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. I, Lisboa, Verbo, 2001, pp. 171-2.

³ Para uma visão genérica acerca do conceito filosófico de alienação cf.: G. Bedeschi, “Alienação”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, pp. 233-265; Allen W. Wood, “Alienation”, in Edward Craig (Org.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, Vol. 1, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1998, pp. 178-181.

⁴ Wood, *Ibidem*, p. 179.





Hoje em dia há a tendência para utilizar o termo nos mais variados domínios, dando-lhe o significado extremamente lato de todo o processo mediante o qual o homem deixa de ser autónomo, de ser dono de si mesmo, para se tornar propriedade (escravo) de um outro - algo ou alguém - que por ele decide acerca da sua vida. É precisamente nesse sentido que se fala na “alienação” provocada pela ideologia, pela droga, pelo materialismo, etc.

2.2 Hegel e a alienação como objectivação

Na *Fenomenologia do Espírito* (1807), Hegel utiliza o termo “alienação” (*Entäusserung*) ou, menos frequentemente, “estranheza” (*Entfremdung*) para se referir ao processo mediante o qual a Ideia – a Auto-Consciência – se exterioriza/objectiva na Natureza e na História como alteridade, como negação de si própria; processo sem o qual ela não pode realizar-se e conhecer-se a si próprio.⁵ A solução da alienação – a desalienação – é possível, e necessária, segundo Hegel, mediante um processo em que, recorrendo ao Homem como “instrumento”, no decurso da História a Ideia regressa a si como Espírito, toma plena consciência de si como Espírito Absoluto, sob as formas da Arte, da Religião e da Filosofia.⁶ A Filosofia ocupa, nesta trilogia, um lugar especial - já que, sendo a consciência de si do Absoluto como conceito, como pensamento, ela une a objectividade (carácter sensível) da Arte à subjectividade (representação interior) da Religião. E a filosofia que representa a última palavra do Espírito Absoluto sobre si próprio, o fim de toda a alienação, mais não é do que a filosofia de Hegel, ele próprio.

⁵ O Absoluto experimenta aqui, precisamente, a necessidade que leva Deus a criar o Mundo. A História é, como dirá Hegel, o verdadeiro calvário do Absoluto.

⁶ Cf. G.W.F. Hegel, *La Phénoménologie de L'Esprit*, Paris, Aubier, 1977, Vol. I, p. 18; Vol. II, p. 311-2.





No entanto, e como faz notar G. Bedeschi, a este sentido “lógico-metafísico” – ou lato – da alienação, Hegel junta um sentido “histórico-político” ou “histórico-social” – ou restrito –, patente na secção da *Fenomenologia do Espírito* intitulada “O espírito tornado estrangeiro a si próprio, a cultura”, e que se refere ao “facto de a consciência já não se reconhecer no mundo sócio-político e ideológico por ela produzido”,⁷ de tal modo que as criações do homem lhe aparecem como estranhas e mesmo como opostas a si próprio. Do ponto de vista histórico, esta separação corresponde, segundo Hegel, ao advento do Império Romano e do cristianismo, que consagram a cisão da “bela harmonia” entre o indivíduo e a comunidade que existia na *polis* grega.⁸ A Revolução Francesa e o Estado moderno aparecem, ao Hegel da *Fenomenologia*, como o momento em que se inicia a superação de uma tal cisão; a “harmonia” seria agora possível sob uma nova figura, capaz de integrar a subjectividade e a comunidade, o indivíduo e o Estado, as partes e o todo – uma perspectiva que, em obras como *Os Princípios da Filosofia do Direito*, Hegel parece ter já posto de lado.

2.3 Feuerbach e a alienação como projecção

Mas a ideia hegeliana de que a sua própria filosofia, bem como o Estado prussiano de que ela se tornara a ideologia oficial, é a última palavra da História não é, de forma alguma, aceite pela chamada “esquerda hegeliana”, em que inicialmente se inclui Feuerbach (e o próprio Marx). Para Feuerbach, a filosofia de Hegel não é senão uma variante da teologia e, como esta, criticável pelo facto de fazer “das determinações do homem determinações divinas”.⁹ O que Feuerbach quer dizer com isto é que na e pela religião o homem faz, de Deus, o ser que ele próprio aspira a

⁷ Bedeschi, *op. cit.*, p. 253.

⁸ Cf. *Ibidem*, p. 233 ss.

⁹ Ludwig Feuerbach, “Princípios da Filosofia do Futuro” (1843), 23, in *Princípios da Filosofia do Futuro e Outros Escritos*, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 66.





ser, o homem ideal que é, também, o seu ideal de homem – realizando-se assim, imaginariamente, como Deus.¹⁰ A alienação reside aqui, no facto de o homem atribuir a outrem – a Deus, um “outro” imaginário – aquilo que não é senão seu.¹¹

Sendo a alienação religiosa a fonte de toda a alienação, a solução da mesma – a desalienação – implica a passagem da teologia à antropologia, do mundo divino ao mundo humano, a descida do “céu” à “terra”.¹² Daí que, e ao contrário do que afirma Hegel, para Feuerbach a arte, a religião e a filosofia são não as manifestações ou revelações do “Absoluto”, mas antes “as manifestações ou revelações do *ser humano verdadeiro*.”¹³ Este “ser humano verdadeiro” não é o indivíduo, o homem individual – mas antes o homem que é o “eu” e o “tu”, a comunidade humana, a humanidade no seu conjunto. Ela é que é, verdadeiramente, o infinito e o eterno que o homem, erradamente, atribui a Deus. O Homem como humanidade é o Deus do Homem.¹⁴

2.4 Marx e a base económica da alienação

Denotando a influência quer de Hegel quer de Feuerbach, o conceito de alienação constitui o conceito central das obras do chamado “jovem Marx”, mais particularmente do conjunto dos *Manuscritos Económico-Filosóficos*, de 1844; no entanto, ele transparece também nas obras posteriores de Marx, nomeadamente na *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859) e em *O Capital* (1867, 1884, 1894), sob o conceito de “fetichismo da mercadoria” ou “reificação” (*Versachlichung* ou *Verdinglichung*) – de tal modo que é possível dizer, com Bedeschi, que o conceito de alienação “constitui o fecho da abóbada da crítica

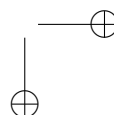
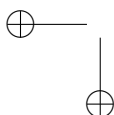
¹⁰ Cf. *Ibidem*, 29, p.76.

¹¹ Cf. *Ibidem*, 23, p. 66-7.

¹² Cf. *Ibidem*, 52, p. 95.

¹³ *Ibidem*, 55, p. 97.

¹⁴ Cf. *Ibidem*, 60, p. 98.





marxiana da sociedade capitalista e da sua expressão teórica, a economia política”.¹⁵

Um dos textos dos *Manuscritos* que se revela central para a diluição do conceito marxiano de alienação é a Introdução à “Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, escrito em fins de 1843 e publicado em 1844. Neste texto, que muito deve a Feuerbach,¹⁶ Marx vai, no entanto, além de Feuerbach quando considera a crítica da religião como uma condição necessária – um “pressuposto”¹⁷ – mas não suficiente da crítica (da sociedade); a crítica deve partir da religião e ir para além dela, até àquilo que está na sua origem. Na origem da “miséria religiosa”, o que Marx descobre é a “miséria real”, de que a religião é simultaneamente a “expressão” e o “protesto”. Em contraposição ao seu mundo de infelicidade bem real e terrena, o homem cria um mundo de felicidade ilusória – os Céus – que acaba por adormecer a sua capacidade de transformação do existente; a religião é, assim, e segundo a conhecida expressão de Marx, o “ópio do povo”. A abolição da alienação religiosa só pode dar-se quando se der a abolição da sociedade que está na sua origem.¹⁸ Tendo a alienação religiosa – “sagrada” – as suas verdadeiras raízes nas formas de alienação “não sagradas” – económicas, política e sociais –, “a crítica do céu transforma-se na crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política”.¹⁹ Isso não significa, no entanto, que a

¹⁵ Bedeschi, *op. cit.*, p. 251.

¹⁶ A inspiração feuerbachiana da crítica de Marx é patente em fragmentos como o seguinte: “O homem, que na realidade fantástica do céu, onde procurara um ser sobre-humano, encontrou apenas o seu próprio *reflexo*, já não será tentado a encontrar a aparência de si mesmo – um ser não humano – onde procura e deve buscar a sua autêntica realidade. É este o fundamento da crítica irreligiosa: *o homem faz a religião; a religião não faz o homem.*” Karl Marx, “Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, in *Manuscritos Económico-Filosóficos*, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 77.

¹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 77.

¹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 78.

¹⁹ *Ibidem*, p. 78. Noutro passo, afirma Marx: “A crítica da religião conclui com a doutrina de que *o homem é para o homem o ser supremo*. Conclui, por conseguinte,





“arma da crítica” – a filosofia, a teoria –, sendo essencial, baste, por si só, para levar à transformação almejada; ela exige, em seu apoio, a “crítica das armas”, a “força material”, que faz com que a teoria se torne “também uma força material quando se apodera das massas”.²⁰ Teoria e força material, conjugadas, devem abolir aquilo que na “terra” é a raiz última de todas as formas de alienação, religiosas e não religiosas, o impedimento à “emancipação do homem” – a propriedade privada (dos “meios de produção”).²¹ Uma tal tarefa só pode ser levada a cabo pelo proletariado que, por não deter a propriedade, pode abolir a propriedade detida pelas outras classes e pô-la ao serviço do conjunto da sociedade. Mais especificamente, parece caber à Alemanha, ao proletariado alemão e ao filósofo alemão Karl Marx cumprir, em finais do século XIX, um destino salvador e emancipador – semelhante àquele que um século antes tinha cabido à França, à burguesia e aos filósofos franceses na feitura da Revolução.²²

Mas o texto mais conhecido e mais citado de Marx acerca do problema da alienação é, sem dúvida, o pequeno texto sobre “O trabalho alienado”, escrito em 1844 – e que pode ser visto quer como uma continuação quer como uma radicalização das teses expendidas no texto que acabámos de analisar. Neste texto, Marx situa a alienação do trabalho – ou económica –, que vê como a causa última de toda a alienação, em quatro dimensões diferentes, se bem que inter-relacionadas:

com o imperativo categórico de derrubar todas as condições em que o homem surge como um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível (...).” *Ibidem*, p. 86.

²⁰ *Ibidem*, p. 86. Noutro passo: “Assim como a filosofia encontra as armas *materiais* no proletariado, assim o proletariado tem as suas armas *intelectuais* na filosofia. E logo que o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente no solo virgem do povo, os *alemães* [os homens] emancipar-se-ão e tornar-se-ão *homens*.” *Ibidem*, p. 93.

²¹ *Ibidem*, p. 93.

²² “Quando se tiverem satisfeito todas as condições internas, anunciar-se-á o dia da ressurreição da Alemanha com o cantar do galo das Gálias.” *Ibidem*, p. 93. “A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A filosofia é a cabeça dessa emancipação e o proletariado o seu coração.” *Ibidem*, p. 93.





i) Alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho (“alienação da coisa”). De acordo com a definição de Marx, “a *alienação* do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objecto, assume uma existência *externa*, mas que existe independentemente, *fora dele* e a ele estranho; que a vida que deu ao objecto se torna uma força hostil e antagónica.”²³ Marx introduz, aqui, uma distinção importante – e que demarca, de forma essencial, a sua concepção da concepção hegeliana da alienação – entre a objectivação, “a produção do trabalhador”, necessária, e a alienação, “a perda do objecto”, não necessária, que tal objectivação ou produção envolve.²⁴

ii) A alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho (“auto-alienação”). O trabalho torna-se algo exterior e estranho ao trabalhador – algo que ele não controla, nem do ponto de vista técnico nem do ponto de vista social -, torna-se trabalho “forçado”, um mero *meio* de satisfação das suas necessidades em vez de fim em si próprio. Daí que, e como o ilustra o fenómeno do absentismo, o trabalhador fuja do trabalho como o diabo da cruz.

iii) A alienação do trabalhador em relação à essência da espécie (“alienação da espécie”). Sendo o trabalho, a capacidade de transformar o real, de criar coisas, o verdadeiro fim da espécie humana, aquilo que verdadeiramente distingue o homem de todos os outros animais, um tal fim transforma-se, na sociedade capitalista, num mero meio individual de satisfação das necessidades de subsistência.

iv) Alienação do homem em relação ao homem. O trabalho alienado não é “natural” e “eterno”, mas antes o fruto da relação de produ-

²³ Karl Marx, “O trabalho alienado”, in *op. cit.*, p. 160.

²⁴ *Ibidem*. Esta distinção é importante também para perceber que, na perspectiva de Marx, pode haver uma produção não alienante – nomeadamente na sociedade “comunista”. Perspectiva de que se demarcam, de forma clara, as teorias “marxistas” de pensadores como Lukács, Marcuse ou Sartre – ou, já antes deles, Simmel – mais inspiradas em Hegel do que propriamente em Marx, e de acordo com as quais a produção do mundo objectivo envolve sempre uma alienação do sujeito. Cf. Bedeschi, *op. cit.*, p.253-264.





ção capitalista, centrada na exploração do trabalho de uns homens por outros: “Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como um poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence *a outro homem distinto do trabalhador*. Se a actividade constitui para ele um tormento, tem de ser fonte de *gozo* e de prazer para outro. Só o homem, e não os deuses ou a natureza, é que pode ser esse poder estranho sobre o homem.”²⁵

Também neste texto Marx atribui, à propriedade privada (dos “meios de produção”), um papel essencial: ela é, por um lado, “o *produto* do trabalho alienado” e, por outro, “o *meio* através do qual o trabalho se aliena, a realização da alienação”.²⁶ A emancipação da sociedade implica a abolição da propriedade privada e só pode ser feita pelos trabalhadores, “uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador à produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como consequências ou modificações da sobredita relação.”²⁷ Mas o que – como e – será esta sociedade “emancipada”? Noutro fragmento dos *Manuscritos*, “Propriedade privada e comunismo”, Marx afirma que a abolição da propriedade privada, o comunismo, representa “o retorno do homem a si mesmo como *ser social*, quer dizer, verdadeiramente humano”²⁸, “o regresso do homem a partir da religião, da família, do Estado, etc., à sua existência *humana*, isto é, *Ibidem*, p. 193.

²⁵ Marx, “O trabalho alienado”, *in op. cit.*, p. 167.

²⁶ *Ibidem*, p. 169.

²⁷ *Ibidem*, 170.

²⁸ *Ibidem*, p. 192.





3 Reflexão crítica sobre o conceito de alienação

3.1 A estrutura lógica das tematizações de alienação

Apesar das suas diferenças, as tematizações da alienação por Hegel, Feuerbach e Marx apresentam uma mesma estrutura lógica – que copia, em aspectos essenciais, a estrutura lógica do cristianismo que eles pretendem substituir ou mesmo eliminar. Nessa estrutura lógica ressaltam as seguintes categorias fundamentais:

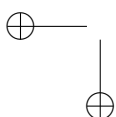
i) *Essencialismo*: o homem é sempre concebido como dotado de uma natureza ou essência – o “Espírito”, no caso de Hegel, o “homem genérico”, no caso de Feuerbach, o “homem social”, no caso de Marx – que, existindo em potência, ele deve transformar em acto no decurso da história; a alienação existe, precisamente, enquanto se verifica – de forma mais ou menos marcante – a impossibilidade de o homem cumprir esta essência ou natureza.²⁹

ii) *Providencialismo*: a história é vista como um progresso mais ou menos inexorável em direcção à desalienação, que tende a ser vista como o “fim da História”.³⁰

iii) *Trinitarismo*: essa história envolve três momentos: a) um tempo, mais ou menos mítico, em que o homem não se encontrava alienado –

²⁹ Como refere Wood: “Estar alienado é estar separado da sua própria essência ou natureza; é ser forçado a levar uma vida na qual aquela natureza não tem oportunidade de ser cumprida ou posta em acto. Desta forma, a experiência da alienação envolve um sentido de falta de valor próprio e uma ausência de sentido da sua própria vida.” Wood, *op. cit.*, p. 180.

³⁰ Bedeschi refere, precisamente, a propósito de Marx, “um historicismo providencialista de tipo hegeliano, do qual nunca se libertou verdadeiramente, como justamente o demonstra a persistência no seu conceito de alienação de determinadas características herdadas de Hegel (apesar de todas as diferenças).” Bedeschi, *op. cit.*, p. 253. Como se sabe, este foi retomado, há alguns anos, pelo “hegeliano” Francis Fukuyama. Cf. *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva, 1992.





a *polis* grega, para Hegel, o ante-cristianismo, para Feuerbach, o comunismo primitivo, para Marx; b) um tempo em que o homem se encontra alienado – do fim da *polis* grega à Revolução Francesa, para Hegel, o cristianismo, para Feuerbach, toda a história humana, particularmente o capitalismo, para Marx; c) um tempo, num futuro mais ou menos longínquo, em que o homem superará a alienação e se encontrará, portanto, desalienado – o Estado moderno, burguês e liberal, para Hegel, o humanismo naturalista, para Feuerbach, o comunismo, para Marx. Utilizando uma linguagem religiosa, mais especificamente cristã, o primeiro momento corresponderá ao “paraíso”, a passagem ao segundo momento corresponderá à “queda” e a passagem ao terceiro momento corresponderá à “salvação” que levará, mais cedo ou mais tarde, ao “reino dos Céus” (na Terra).

iv) *Determinismo*: em cada um dos três momentos, há um factor ou causa cuja presença determina a existência da alienação e cuja remoção será a condição necessária da desalienação – a natureza/objectividade, no caso de Hegel, a projecção da essência humana em Deus, no caso de Feuerbach, a propriedade privada dos meios de produção, no caso de Marx.

v) *Profetismo*: há sempre um agente que, em cada caso, está destinado a anunciar, a liderar e a realizar o processo de desalienação da humanidade, já que cada um dos homens é incapaz de, por si só, se desalienar. Se é verdade que esse agente parece ser diferente dos próprios filósofos que tematizam a alienação – o Espírito, no caso de Hegel, o filósofo anti-cristão, sensualista e naturalista, no caso de Feuerbach, o filósofo anti-capitalista e o proletariado, no caso de Marx –, acontece que, em última análise, é a si próprios que Hegel, Feuerbach e Marx atribuem o impulso decisivo para a desalienação dos homens em geral. Os filósofos da alienação apresentam-se, assim, como os profetas da desalienação de uma humanidade que, na sua imensa maioria, se encontra alienada sem o saber.

vi) *Utopismo*: a história encaminha-se para a realização de um não-lugar, de um lugar que ainda não existe em lado nenhum. Mas, face à





resistência do existente, a construção da utopia terá de envolver, provavelmente, o uso da força – constituir uma “revolução”, como é patente já em Hegel e sobretudo em Marx.

3.2 Um balanço do programa de “desalienação”

Quase duzentos depois das primeiras formulações filosóficas em torno da problemática da alienação – e mesmo tendo em conta que, em termos históricos, dois séculos são quase nada –, talvez seja a altura de fazermos um pequeno balanço do “programa de desalienação” proposto por Hegel, Feuerbach e Marx. Assim:

1. Em matéria da “realização do Espírito”, ou da reconquista da “bela harmonia” entre o indivíduo e o Estado, preconizadas por Hegel, o que se passou no último século é suficientemente elucidativo. Sem querermos ser exaustivos: duas guerras mundiais e uma infinidade de guerras regionais e locais; o lançamento de duas bombas atômicas; os campos de concentração nazis, soviéticos e outros; o extermínio em massa elevado à categoria de ciência; o colonialismo e o neo-colonialismo; a proliferação das armas nucleares, químicas e bacteriológicas; a toxicodependência; a criminalidade; a pedofilia; etc., etc..

2. No que se refere à exterminação da religião, preconizada por Feuerbach e por Marx, diremos que, apesar do anúncio da “morte de Deus” feito por Nietzsche já em finais do século XIX³¹, Deus – a religião – está longe de ter morrido. O fenómeno religioso parece mais vivo do que nunca, assumindo mesmo aspectos paroxísticos como o fundamentalismo, a proliferação das seitas, o esoterismo, a divinização de fenómenos profanos (as vedetas do espectáculo, do desporto, etc.), as múltiplas formas de “devoção”, etc. O que é possível concluir daqui? Recrudescimento da “alienação”? Retrocesso da “desalienação”?

³¹ Cf. Friedrich Nietzsche, *A Gaia Ciência* (original 1882), §§ 125 (O louco) e 343 (Sentido da nossa alegria), Lisboa, Relógio d’ Água, 1998, p. 139-141 e 249-250.



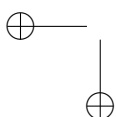


Ou nem uma coisa nem outra, mas antes a confissão implícita de que é impossível, ao homem, escapar à sua angústia ontológica? Que, como pretendia Kant, a razão humana está condenada a colocar questões a que não consegue responder?

3. Relativamente ao comunismo, proposto por Marx, podemos dizer que a queda do Muro de Berlim, em 1989, não representou senão o fim anunciado de uma experiência que, durante cerca de oitenta anos, não se cansou de defraudar as (eventuais) expectativas de Marx. Com efeito, os “paraísos comunistas” – ou “socialistas”, segundo alguns – que foram construídos na terra parecem estar nos antípodas da “desalienação” preconizada por Marx.

A este propósito, discute-se muito hoje se a teoria de Marx pode ser responsabilizada pelos actos de um Lenine, de um Estaline, de um Mao-Tsé-Tung, de um Pol-Pot, de um Kim-Il-Sung ou de um Fidel Castro; se o regime instaurado por cada um destes ditadores não representará uma “perversão” da “pureza” dos ideais de Marx. Diremos, a esse respeito, que Marx não pode ser responsabilizado, *post mortem*, pelos actos de outros; mas acrescentaremos que não vemos maneira – nem Marx via, aliás – de instaurar o comunismo sem recorrer à tomada e ao exercício violentos do poder, materializados na famosa “ditadura do proletariado”³²; uma ditadura que é, na realidade, a ditadura de um Partido e, ainda mais precisamente, a de um secretário-geral – que tende, gradualmente, a transformar-se num verdadeiro deus profano, tirânico e infalível. Aliás, como faz notar Alvin Goudner, mesmo que se abolisse a propriedade privada dos meios de produção – e não sabemos se nos “paraísos comunistas” acima referidos alguma vez se terá dado

³² Escreve Lenine a propósito do *Manifesto Comunista*, de 1848: “O *Manifesto Comunista* fala de “revolução operária”, de “revolução comunista”, de “revolução proletária”. Ao que parece, a expressão “ditadura do proletariado” não existe ainda. É, porém, evidente que a transformação do proletariado em “classe dominante”, a sua “organização como classe dominante”, a sua “violação despótica do direito de propriedade”, etc., isto é precisamente a “ditadura do proletariado”...” V. I. Lénine, *O Marxismo e o Estado*, incluído em K. Marx, F. Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições Avante, 1975, p. 9.





uma tal abolição –, não se vê como é que essa abolição poria fim às formas de alienação derivadas da divisão do trabalho, da qual o comunismo também não pode prescindir, sob pena da regressão histórica ao “comunismo primitivo”.³³

Parece justo referir, no entanto, e em abono do marxismo, que a evolução do capitalismo nos últimos cento e cinquenta anos, num sentido social – de tal forma que já pouco tem a ver com o do tempo em que Marx escreveu –, resultou, em grande parte, da pressão exercida pelos ideais comunistas; aliás, talvez resida precisamente nessa evolução do capitalismo a principal razão da chamada “falência do comunismo”.

3.3 O humano em questão

O falhanço – apesar de tudo, não absoluto – do “programa de desalienação” proposto por Hegel, Feuerbach e Marx pode inserir-se naquilo a que hoje se chama, frequentemente, o “fim da utopia”. Esse falhanço pode ser explicado, basicamente, pelo facto de qualquer utopia assentar numa visão da história que coloca o Homem no lugar de Deus, atribuindo ao primeiro a faculdade, que as religiões atribuem unicamente a Deus, de criar um mundo não só novo como totalmente perfeito – o paraíso na Terra. Ora, a questão está em saber se isso não significa atribuir ao Homem muito mais do que ele pode fazer e querer. Seríamos tentados a aplicar aqui, à sociedade, aquilo que Antero de Quental diz a propósito da filosofia: uma sociedade “definitiva, feita e assente de uma vez para todo o sempre, implicaria a imobilidade do (...) humano:

³³ Cf. Alvin W. Gouldner, *The Two Marxisms*, New York, Oxford University Press, 1980, Chapter 6 - "Alienation From Hegel to Marx," pp. 177-198, <http://www2.pfeiffer.edu/~lridener/DSS/Marx/ch6.htm>. Ora, é precisamente na divisão do trabalho que Simmel vê a principal causa do fosso progressivo entre a “cultura objectiva” e a “cultura subjectiva” e, assim, da “alienação” de que fala Marx – um fosso que vê como inultrapassável. Cf. Georg Simmel, *The Philosophy of Money*, London, New York, Routledge, 1990², especialmente p. 448-463.





o absoluto anestesiá-lo-ia”); ao que acrescentaríamos, ainda com ele, que uma tal pretensão “pode animar os crentes e os entusiastas”, mas, no domínio da sociedade, “nunca produzirá senão vertigem e ilusão”.³⁴

Pela nossa parte, tendemos a encarar o homem como um ser que está destinado a começar e a recomençar tudo de novo, manifestando aquele poder a que, de forma feliz, Paul Ricoeur chama “iniciativa”³⁵

Provavelmente, dos homens é tudo o que podemos esperar.

³⁴ Antero de Quental, *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Gulbenkian, 1991, p. 54.

³⁵ Paul Ricoeur, “L’iniciative”, *Du Texte à l’Action. Essais d’Herméneutique II*, Paris, Éditions du Seuil, 1986, p. 261-277. Um poder que o próprio Marx reconhece - já que, como afirma Lévinas, “Tomar consciência da sua situação social é, para o próprio Marx, libertar-se do fatalismo que ela comporta.” Emmanuel Levinas, *Quelques réflexions sur la philosophie de l’hitlérisme*, Prefatory Note à tradição americana de *Quelques réflexions sur la philosophie de l’hitlérisme*, publicada em na *Critical Inquiry*, automne 1990, vol. 17, n. 1, p. 63-71, (cf. [Emmanuel Levinas: Quelques réflexions sur la philosophie de l’hitlérisme](#)). - mesmo que esse poder não possa deixar de ser um poder trágico e angustiante, como o ilustra o Mito de Sísifo referido por Camus³⁶. O homem que desce até ao fundo, ligeiro e feliz, depois de ter carregado a sua carga até ao cimo, tem de, mais uma vez, voltar a carregar a sua carga até ao cimo, e voltar a descer, e assim sucessivamente enquanto for homem. Mas - e Camus não o diz ao relatar o mito - este homem que sobe e desce cruza-se com outros homens, partilha com eles o seu destino e as suas angústias, algumas palavras, constrói com eles algo em comum.

